

Ficha da Acção

Designação - Para o desenvolvimento de uma escola inclusiva-

Região de Educação **Área de Formação** A B C D

Classificação Formação Contínua **Modalidade** Curso de Formação

Duração

Nº Total de horas 25 Nº de Créditos 1

Cód. Área B06 **Descrição** Educação Especial,

Cód. Dest. 99 **Descrição** Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico, Secundário e de Educação Especial

Dest. 50% SD **Descrição** Sem destinatários

Reg. de acreditação (ant.) CCPFC/ACC-90625/17

Formadores

Formadores com certificado de registo

B.I. 973533 **Nome** MARIA FILOMENA FERNANDES COSTA PEREIRA **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-11362/00

Componentes do programa Nº de horas 0

B.I. 5337082 **Nome** MARIA DA GRAÇA BARRETO LEAL FRANCO **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-02656/97

Componentes do programa Nº de horas 0

B.I. 5505759 **Nome** MARIA DA GRAÇA PACHECO DA COSTA BREIA **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-06572/98

Componentes do programa Nº de horas 0

B.I. 6606491 **Nome** MARIA DO CARMO REIS PERDIGÃO MATIAS MAIA CORREIA **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-23836/08

Componentes do programa Nº de horas 0

B.I. 6629992 **Nome** JOSÉ CORREIA LOPES **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-13424/01

Componentes do programa Nº de horas 0

B.I. 11007080 **Nome** MARISA SIMÕES CARVALHO **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-17242/04

Componentes do programa Nº de horas 0

B.I. 11896124 **Nome** HELENA ISABEL DIAS DE OLIVEIRA AZEVEDO **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-25289/09

Componentes do programa Nº de horas 0

Formadores sem certificado de registo

Anexo A

A preencher nas modalidades de Curso, Módulo, DSES e Seminário

Razões justificativas da acção e a sua inserção no plano de actividades da entidade proponente

Este curso decorre da alteração legislativa, desencadeada no presente ano, e que procura dar corpo à noção de "Escola inclusiva de 2ª geração".

O desafio que se coloca às escolas é responder aos alunos com necessidades educativas específicas, o que no âmbito de uma escola inclusiva, exige que sejam encontradas respostas para que cada um aprenda independentemente da sua situação pessoal e social, assegurando a todos a aquisição de um nível de competências que permita a plena integração social.

Neste sentido, os conteúdos desta formação foram delineados tendo em conta:

- Existência de um novo enquadramento legal para a educação inclusiva;
- Recomendação n.º 1/2014, de 23 de junho emitida pelo CNE, no que se refere à realização de ações de formação contínua dirigida a docentes em geral e de educação especial em particular, que visem o desenvolvimento de estratégias e instrumentos de promoção das aprendizagens junto dos alunos com necessidades educativas especiais
- Necessidade de atualização e aprofundamento de conhecimentos por parte dos docentes na área da educação inclusiva.

Objetivos a atingir

- Capacitar docentes para a formação e sua replicação sobre a implementação do novo enquadramento legal da educação inclusiva.

Conteúdos da acção

1. Enquadramento conceitual da educação inclusiva (2h)
2. Os Direitos - famílias e crianças (2h)
3. Desenho universal para a aprendizagem (3h)
4. O trabalho em equipa multidisciplinar (2h)
5. Enquadramento legal da educação inclusiva (16h)

Conceitos, princípios-chave e definições operacionais

Recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão

Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

Determinação da necessidade de suportes à aprendizagem e à inclusão

Avaliação de competências e conhecimentos, progressão e certificação

Metodologias de realização da acção

- Apresentação do enquadramento legal da educação inclusiva;
- Análise e discussão de conceitos;
- Análise de documentos legislativos e enquadramentos da intervenção;
- Reflexão sobre conceitos e práticas.

Regime de avaliação dos formandos

Avaliação com base na:

- Participação nas sessões – dinâmica e qualidade das intervenções.
- Apresentação de um trabalho elaborado individualmente

Serão utilizados os parâmetros de avaliação estabelecidos (tabela de 1 a 10 valores) e respeitados todos os dispositivos legais da avaliação contínua, conforme indicado no Despacho n.º 4595/2015 de 6 de maio.

Forma de avaliação da acção

Questionário de avaliação preenchido pelos formandos e formadores

Relatório dos formadores

Bibliografia fundamental

Bronfenbrenner, U. (2005). Making Human Beings: Bioecological Perspectives on Human Development. The Bioecological Theory of Human Development. Sage.

- Buffum, A., Mattos, M., & Weber, C. (2009). Pyramid response to intervention: RTI, professional learning communities, and how to respond when kids don't learn. Bloomington, IN: Solution Tree.

- Burns, M. K., & Gibbons, K. A. (2008). Implementing response-to-intervention in elementary and secondary schools: Procedures to assure scientific-based practices. New York: Routledge/Taylor & Francis Group.

- Convenção dos Direitos da Criança, ratificada por Portugal, Resolução da AR n.º20/90 de 12 de setembro.

- Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ONU, Resolução AR n.º56/2009, 30 de julho e Protocolo Opcional, Resolução AR n.º57/2009, 30 de julho.

- Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994;

- Decreto-Lei, Educação Inclusiva, 2017;

- Diferenciação Curricular e Necessidades Educativas Especiais. In: Sim-Sim, I. (org.) Necessidades Educativas Especiais: Dificuldades das Crianças ou da Escola? Lisboa: Texto Editora.

- Formação de Professores para a Inclusão na Europa - Desafios e Oportunidades. European Agency for Development in Special Needs education (EADSNE), 2011;

- Formação de professores para a inclusão- Perfil de Professores Inclusivos. European Agency for Development in Special Needs education (EADSNE), 2012;

- Índice para a inclusão - Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola

- Madureira, I. & Leite, T. (2003). Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Universidade Aberta. - Leite, T. (2005).

- WARNOCK, H.M. (1978). Report of The Committee of Enquiry into the Education of Handicapped Children and Young People. London: Her Majesty's Stationery office.

Booth, T. & Ainscow, M., 2002 - versão portuguesa produzida pela Cidadãos do Mundo

-Necessidades Especiais de Educação-Parceria entre a Escola e o CRI: Uma Estratégia para a Inclusão, (2015),DGE.

Processo

Data de recepção 20-03-2017 **Nº processo** 98022 **Registo de acreditação** CCPFC/ACC-91140/17

Data do despacho 20-03-2017 **Nº ofício** 2694 **Data de validade** 06-03-2020

Estado do Processo C/ Despacho - Acreditado